

Diário da Assembléia

Nº 2.995

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 5ª Sessão Ordinária

Realizada em 8 de Março de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 10 00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carrazzi — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Costa — Domicio Scaramella — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

MENSAGENS:

MENSAGEM — 110-73

Curitiba, 5 de dezembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é grandemente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá dotar a Polícia Civil do Estado de um diploma legal básico plenamente capaz de ensinar expressiva dinamização das atividades públicas no setor da Segurança Pública.

Os estudos para elaboração do Estatuto da Polícia Civil do Estado, tiveram por base os mandamentos contidos no art. 56 da Carta Política Estadual, que preceituam:

“Art. 56 — O Estatuto organizará a Polícia Civil, observado o seguinte:

I — carreiras em todas as categorias funcionais;

II — órgão colegiado específico, com atribuições, entre outras que a Lei estabelecer, para controle:

a) — do ingresso e acesso nas diversas carreiras;

b) — do regime disciplinar.

III — integração da Escola de Polícia na Polícia Civil;

IV — provimento dos cargos de carreira de Delegado de Polícia por bacharel em direito, processando-se o ingresso na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, inclusive nas sedes de Comarca.”

Assim, o projeto de lei em questão, define a estrutura básica da Polícia Civil, fazendo dela constar, conforme determina a Constituição, um órgão colegiado — o Conselho da Polícia Civil — com atribuições a serem definidas em Decreto de regulamentação, nas quais deverão constar as de controle do ingresso e acesso nas diversas carreiras e do regime disciplinar. Por outro lado, é igualmente prevista, em obediência ao dispositivo constitucional, a integração da Escola de Polícia na estrutura da Polícia Civil.

O Plano de Lei em questão, estabelece, em título próprio, o “regime disciplinar” do pessoal da Polícia Civil, onde a matéria é devidamente detalhada estando em termos que assegurarão, sem qualquer dúvida, a aplicação do poder punitivo em processamento plenamente amoldado à moderna técnica e aos ditames da Lei.

O quadro básico proposto, dará à Polícia Civil o necessário elemento humano capaz de atender efetivamente a todos os setores policiais, mormente os do interior do Estado, hoje carentes desses recursos. Baseado em moderna sistemática, o Quadro de Pessoal foi elaborado em sintonia com as disposições legais e constitucionais aplicáveis à espécie, sendo previsto justo critério de enquadramento dos atuais funcionários policiais e assim como o provimento dos novos cargos que resultarem vagos mediante plano plurianual a ser aprovado pelo Executivo.

O Plano proposto adota também nova sistemática de fixação de vencimentos, bem mais simples e que garante um permanente equilíbrio hierárquico, pois, a remuneração dos cargos integrantes do quadro da Polícia Civil será fixada para cada classe com base nos vencimentos dos Delegados de Primeira Classe, observados os índices percentuais estabelecidos na tabela constante do Anexo II do anteprojeto.

Certo de que a Lei proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I

Da Organização da Polícia Civil

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1.º — A Polícia Civil se integra no organismo da Secretaria de Segurança Pública, com vínculo de subordinação hierárquica ao respectivo Secretário de Estado.

Parágrafo único, São incumbência da Polícia Civil, em todo o território estadual, a segurança e a manutenção da ordem pública e o exercício da Po-

lícia Judiciária, com a prevenção, repressão e apuração das infrações penais, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Art. 2.º — A função policial, por suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina.

Art. 3.º — São funcionários policiais civis os integrantes das carreiras previstas no Quadro da Polícia Civil.

Art. 4.º — Ressalvado o disposto nesta Lei, o pessoal da Polícia Civil do Estado é regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos da Polícia Civil

Art. 5.º — São órgãos da Polícia Civil:

I — a Diretoria da Polícia Civil;

II — o Conselho da Polícia Civil;

III — a Corregedoria da Polícia Civil;

IV — a Escola da Polícia Civil;

V — o Centro de Operações Policiais Especiais;

VI — o Centro de Comunicações;

VII — o Instituto de Polícia Técnica;

VIII — o Instituto Médico Legal;

IX — o Instituto de Identificação;

X — as Divisões e Subdivisões Policiais, as Delegacias e Sub-delegacias de Polícia e outras unidades auxiliares.

Art. 6.º — O regulamento da Polícia Civil estabelecerá a estrutura, competência e funcionamento dos órgãos policiais, bem como as atribuições dos respectivos servidores.

Parágrafo único. Entre as atribuições que forem cometidas ao Conselho da Polícia Civil, deverão constar as de controle:

a) do ingresso e acesso nas diversas carreiras;

b) do regime disciplinar.

CAPÍTULO III

Das Autoridades Policiais, seus Agentes e Auxiliares

Art. 7.º — São autoridades policiais:

I — O Diretor da Polícia Civil;

II — o Corregedor da Polícia Civil;

III — os Delegados de Polícia;

IV — os Suplentes de Delegado de Polícia, quando em exercício.

Art. 8.º — São Agentes da autoridade policial:

I — os Comissários de Polícia;

II — os Detetives;

III — os Investigadores Criminais;

IV — os Agentes de Segurança;

V — os Inspectores de Quarteirão.

Art. 9.º — São auxiliares da autoridade policial:

I — os Escrivães de Polícia;

II — os Motoristas Policiais;

III — os Radiocomunicadores;

IV — os Radiotécnicos;

V — no Instituto Médico Legal:

a) os Médicos Legistas;

b) os Químicos-Legais;

c) os Toxicologistas;

d) os auxiliares de necrópsia;

e) os serventes de necrópsia.

VI — no Instituto de Polícia Técnica:

a) os Peritos Criminais;

b) os Peritos Policiais.

VII — no Instituto de Identificação:

a) os Datiloscopistas.

Art. 10 — Os agentes e auxiliares são subordinados diretamente às autoridades policiais perante as quais servirem, ou quando, na investigação criminal em que intervenha o trabalho policial de equipe, ficam subordinados à autoridade policial que preside ao procedimento formal.

TÍTULO II

Das Carreiras

Art. 11 — São carreiras policiais:

I — Delegado de Polícia;

II — Comissário de Polícia (em extinção);

III — Detetive;

IV — Investigador Criminal;

V — Agente de Segurança.

Art. 12 — São carreiras auxiliares:

I — Escrivão de Polícia;

II — Motorista Policial;

III — Médico Legista;

IV — Químico Legal;

V — Toxicologista;

VI — Perito Criminal;

VII — Perito Policial;

VIII — Datiloscopista;

IX — Auxiliar de Necrópsia;

X — Servente de Necrópsia;

XI — Radiocomunicador;

XII — Radiotécnico.

Art. 13 — O provimento de cargos da carreira de Delegados de Polícia é privativo de Bacharéis em Direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos.

TÍTULO III

Das incompatibilidades, suspeições e hierarquia funcional.

CAPÍTULO I

Das incompatibilidades e suspeições

Art. 14 — Os Delegados de Polícia e Comissários de Polícia não poderão servir nas sedes de Comarca, nas quais o Juiz ou o Agente do Ministério Público seja seu cônjuge, ascendente, descendente ou colateral até ao terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade.

§ único — Excetua-se as unidades, órgãos ou serviços na Comarca da Capital do Estado.

Art. 15 — O Delegado de Polícia e o Comissário de Polícia, este quando designado para tal, dar-se-ão por impedidos de funcionar em inquérito em que qualquer das partes sejam parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau; por suspeitos, se forem amigos íntimos ou inimigos de qualquer das partes ou tiverem interesse direto ou indireto na causa.

CAPÍTULO II

Da hierarquia funcional

Art. 16 — A disciplina policial civil fundamenta-se na subordinação hierárquica e funcional, no cumprimento das leis, regulamentos e normas de serviços.

§ único — hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo nos casos disciplinados neste Estatuto.

Art. 17 — A precedência, em cada órgão policial civil, é determinada pela colocação na respectiva escala hierárquica.

§ único — Havendo igualdade na classe, terá preferência:

I — o mais antigo neste ou, quando a antiguidade for a mesma, o que registrar mais tempo de serviço na classe e, assim sucessivamente até ao mais idoso e;

II — o policial civil do serviço ativo sobre o inativo.

Art. 18 — Não há relação de hierarquia entre os funcionários policiais e civis e os dos órgãos de polícia científica.

§ único — Nos serviços em que intervier o trabalho de equipe, os funcionários da polícia científica ficam subordinados à autoridade policial competente.

TÍTULO IV

Do Regime Disciplinar

CAPÍTULO I

Dos deveres e das transgressões

Art. 19 — São deveres do funcionário policial civil:

I — Assiduidade;

II — pontualidade;

III — discreção;

IV — urbanidade;

V — lealdade às instituições constitucionais e administrativas;

VI — cumprimento das normas legais e regulamentares;

VII — obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VIII — providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual, a sua declaração de família e a declaração de bens, esta para os funcionários que ocupam cargos de direção;

IX — levar ao conhecimento da autoridade policial superior, reservadamente quando necessário, mas sempre por escrito, irregularidade que tiver ciência em razão do cargo;

X — zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado ou sobre o qual exerça direta fiscalização;

XI — não utilizar para fins particulares, qualquer que seja o pretexto, material destinado à correspondência oficial;

XII — atender prontamente:

a) as requisições das autoridades judiciárias e do Ministério Público;

b) as determinações superiores no tocante a trabalhos policiais desenvolvidos em horário fora do normal;

c) a expedição das certidões requeridas para despesa de direito;

XIII — observar o princípio de hierarquia funcional;

XIV — frequentar com assiduidade, cursos instituídos periodicamente pela Escola de Polícia, em que seja compulsoriamente matriculado.

XV — guardar sigilo sobre documentação ou investigação, de qualquer natureza, que possa mediata ou imediatamente, causar prejuízos à administração da justiça, a pessoas, entidades ou proporcionar embaraços à administração em geral;

XVI — zelar pelo bom nome e conceito da instituição policial civil, observando procedimento irrepreensível na vida pública ou particular e correção nos seus divérsos para com a sociedade;

XVII — manter-se preparado física e intelectualmente para o cabal desempenho de sua função;

XVIII — concorrer, na esfera de suas atribuições, para a manutenção da ordem e segurança públicas;

XIX — comparecer à unidade, órgão ou serviço policial independentemente de convocação, quando tiver conhecimento de iminente perturbação da ordem ou em caso de calamidade pública;

XX — apresentar-se decentemente trajado em serviço e de forma condigna com a função e cargo desempenhados;

XXI — submeter-se à inspeção médica sempre que for determinado pela autoridade competente;

XXII — tomar providências preliminares em torno de ocorrência policial de que tenha conhecimento, independentemente de horário de serviço.

§ único — a falta às aulas, dos cursos referidos no item XIV deste artigo equivalerá, para todos os efeitos, a ausência ao serviço, salvo se causada por motivo justo, comunicado e inequivocamente evidenciado em tempo hábil, através de prova idônea apresentada nas vinte e quatro horas imediatamente seguintes.

Art. 20 — É vedado ao funcionário policial:

I — participar de atividades político-partidárias, salvo se licenciado para tratar de interesses particulares;

II — recusar-se a aceitar encargos inerentes à classe, para os quais for designado, salvo os cargos de confiança ou as exceções previstas em lei;

III — exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo aquelas permitidas neste Estatuto;

IV — quebrar o sigilo de assuntos policiais e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;

V — retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente qualquer documento de órgãos policial, com o fim de criar direito ou obrigações ou de alterar a verdade dos fatos;

VI — valer-se de sua qualidade para melhor desempenhar atividades estranhas ou incompatíveis as funções ou para lograr proveito, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, em detrimento da dignidade do cargo ou função;

VII — receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

VIII — cometer a pessoa estranha ao serviço policial civil, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

Art. 21 — São transgressões disciplinares:

I — referir-se de modo depreciativo às autoridades e a atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim, salvo quando em trabalho assinado apreciativo de atos dessas autoridades sob o ponto de vista doutrinário com ânimo construtivo;

II — divulgar, através da imprensa, escrita, falada ou televisada, fatos, ocorridos na repartição, propiciar-lhe a divulgação, bem como referir-se desrespeitosamente e depreciativamente às autoridades e a atos da administração, salvo a hipótese do fim do item anterior;

III — promover manifestação contra atos da administração ou movimentos de apreço a quaisquer autoridades;

IV — indispor funcionários contra os seus superiores hierárquicos ou provocar velada ou ostensivamente, animosidade entre os funcionários policiais;

V — deixar de pagar, com regularidade, as pensões a que esteja obrigado em virtude de decisão judicial;

VI — deixar de saldar dívidas legítimas;

VII — manter relações de amizade ou exibir-se em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais, salvo em razão do serviço;

VIII — praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a função policial;

IX — receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão das atribuições que exerce;

X — retirar, sem prévia autorização de autoridade competente qualquer documento ou objeto da repartição;

XI — cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XII — valer-se do cargo com o fim, ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou terceiros;

XIII — participar da gerência ou administração de empresa qualquer que seja a natureza;

XIV — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista cotista ou comanditário.

XV — praticar a usura em qualquer de suas formas;

XVI — pleitear, como procurador ou intermediário, junto à repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau;

XVII — faltar a verdade no exercício de suas funções;

XVIII — utilizar-se do anonimato para qualquer fim;

XIX — deixar de comunicar, imediatamente à autoridade competente, faltas ou irregularidades que haja presenciado ou de que tenha tido ciência;

XX — deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos;

XXI — deixar de comunicar à autoridade competente, ou a quem esteja substituindo, informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha do serviço tão logo disso tenha conhecimento;

XXII — dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em vinte e quatro horas, queixa, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada devolvê-los;

XXIII — negligenciar parte, queixa, representação ou inquérito policial;

XXIV — apresentar maliciosamente, parte queixa ou representação;

XXV — aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução;

XXVI — Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de obrigação ou dever;

XXVII — provocar a paralisação total ou parcial, de serviço policial, ou dela participar;

XXVIII — faltar ou chegar atrasado ao serviço ou deixar de participar com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição salvo motivo plenamente justificável;

XXIX — permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente;

XXX — abandonar o serviço para o qual tenha sido designado;

XXXI — não se apresentar, sem motivo justo, ao fim de licença de qualquer natureza, férias ou dispensa de serviço, ou, ainda, depois de saber que qualquer delas foi interrompida por ordem legal ou superior;

XXXII — atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição da Secretaria de Segurança Pública ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;

XXXIII — contrair dívidas ou assumir compromissos superiores as suas possibilidades financeiras, comprometendo o bom nome da organização policial civil;

XXXIV — frequentar, sem razão de serviço, lugares incompatíveis com o decoro da função policial;

XXXV — fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço;

XXXVI — maltratar preso ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial;

XXXVII — permitir que presos conservem em seu poder instrumentos com que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos, ou produzir lesões em terceiros;

XXXVIII — omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos, sob a sua guarda;

XXXIX — desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão ou ordem judicial, bem como criticá-la;

XL — dirigir-se ou referir-se a superior hierárquico, de modo desrespeitoso;

XLI — publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, embora não reservados, ou ensejar a divulgação do seu conteúdo, no todo ou em parte;

XLII — dar-se ao vício da embriaguez ou de substância que provoque dependência física ou psíquica;

XLIII — acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto;

XLIV — deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica determinada por lei ou pela autoridade competente.

XLV — deixar de concluir, nos prazos legais, sem motivo justo, inquéritos policiais ou disciplinares ou, quanto a estes últimos, como membro da

respectiva comissão, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes;

XLVI — prevalecer-se, abusivamente, da condição de funcionário policial;

XLVII — negligenciar a guarda de objetos pertencentes à repartição policial e que em decorrência da função ou para o seu exercício lhe haja sido confiados, possibilitando que os danifiquem ou extraviem;

XLVIII — dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objetos pertencentes à repartição policial e que, para os fins mencionados no item anterior, estejam confiados a sua guarda;

XLIX — entregar-se à prática de vícios ou atos atentatórios aos bons costumes;

L — indicar ou insinuar nome de advogado para assistir pessoa presa que se encontra respondendo a processo ou inquérito policial;

LI — exercer, a qualquer título, atividade pública ou privada, profissional ou liberal, estranha a de seu cargo;

LII — lançar, em livros oficiais de registro, anotações, queixas, reivindicações ou quaisquer outras matérias estranhas à finalidades deles;

LIII — adquirir, para revenda, de associações de classe ou entidades beneficentes em geral, gêneros ou quaisquer outras mercadorias;

LIV — impedir ou tornar impraticável, por qualquer meio, na fase do inquérito policial e durante o interrogatório do indiciado, a presença de seu advogado;

LV — ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;

LVI — submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento não autorizado em lei;

LVII — deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente a prisão em flagrante de qualquer pessoa;

LVIII — levar à prisão e nele observar quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei;

LIX — cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, não autorizada em lei;

LX — praticar ato lesivo da honra ou do patrimônio da pessoa natural ou desvio de poder ou sem competência legal;

LXI — atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio;

LXII — favorecer ou prejudicar alguém por evidente má fé no preencher Boletim de Merecimento ou retardar o andamento de papéis de promoção;

LXIII — dirigir-se à autoridade superior sem observância do princípio da hierarquia.

CAPÍTULO II Da responsabilidade

Art. 22 — Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário policial responde, civil penal e administrativamente.

Art. 23 — A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo da Fazenda Estadual, ou de terceiros.

§ 1.º — A indenização de prejuízo causado à Fazenda Estadual será liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes de dez por cento do vencimento, a mingua de outros bens que por ela respondam e a ser cobrada após o término do processo disciplinar, independente de qualquer procedimento judicial.

§ 2.º — Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o funcionário policial perante a Fazenda Estadual em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão que condenar o Estado a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 24 — A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário policial nessa qualidade.

Art. 25 — A responsabilidade administrativa resulta de ato ou omissão no desempenho do cargo ou função.

Art. 26 — As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim, as instâncias civil penal e administrativa.

Art. 27 — O pessoal da Polícia Militar ou de outro órgão, em execução de policiamento ou posto à disposição dos Delegados, ficará funcionalmente subordinado à autoridade policial competente, obrigando-se a cumprir-se as ordens e sujeitando-se às disposições regulamentares concernentes à execução dos serviços policiais respectivos.

Art. 28 — Cabe à autoridade policial responsável pelo serviço, comunicar ao órgão competente as faltas disciplinares cometidas por policiais fardados postos à sua disposição ou que estejam a ela vinculados em função do serviço executado.

§ 1.º — A configuração e graduação da pena, de acordo com os regulamentos respectivos específicos de cada órgão, caberá ao chefe hierárquico do transgressor que sobre este tenha competência disciplinar.

§ 2.º — O Conselho Superior de Polícia será o órgão competente para dirimir controvérsias ou conhecer de recursos nos casos previstos neste artigo.

Art. 29 — Cometerá falta de natureza grave o superior hierárquico que dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação da penalidade disciplinar.

CAPÍTULO III Das Penas Disciplinares

Art. 30 — São penas disciplinares:

I — advertência;

II — repreensão;

III — suspensão;

IV — detenção disciplinar;

V — destituição de função e ou remoção compulsória;

VI — demissão;

VII — cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 31 — Constitui circunstância que exclui sempre a pena disciplinar a não exigibilidade de outra conduta do funcionário policial.

Art. 32 — São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I — ter o transgressor procurado diminuir as consequências da falta ou haver, antes da pena, reparado o dano e,

II — ter o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.

Art. 33 — São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam outra transgressão disciplinar:

I — reincidência específica;

II — prática da transgressão durante a execução de serviço policial ou em prejuízo deste;

III — coação, instigação ou determinação para que outro funcionário policial, subordinado ou não, pratique a transgressão ou dela participe.

IV — impedir ou dificultar, de qualquer maneira, a apuração da falta funcional cometida;

V — concurso de dois ou mais agentes na prática da transgressão.

Art. 34 — As penas de advertência e de repreensão, que serão sempre aplicadas por escrito e deverão constar do assentamento individual do funcionário policial, destinam-se às faltas que, não sendo expressamente objeto de qualquer outra sanção, sejam a critério da administração policial, consideradas de natureza leve.

§ único — Serão outrossim, punidas com pena de repreensão as transgressões disciplinares previstas nos itens V, XVII, XIX, XXII, XXIII, XXIV, LIII e LIV do artigo 21 desta lei.

Art. 35 — A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada em caso de falta grave ou reincidência.

§ único — Para os efeitos deste artigo, são de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos itens I — II — III — VI — VII — VIII — X — XVIII — XX — XXI — XXV — XXVI — XXVIII — XXIX — XXXI — XXXII — XXXIII — XXXIV — XXXVI — XXXVIII — XL — XLI — XLIV — XLV — XLVI — XLVIII — LV — LVI — LVIII — LIX — LXII — LXIII e LXIV do artigo 21 desta lei.

Art. 36 — Além do procedimento judicial que couber, serão considerados como de suspensão os dias em que o funcionário deixar de atender às convocações do júri sem motivo justificado.

Art. 37 — Tendo em vista a natureza da transgressão, as circunstâncias em que foi praticada e a sua repercussão, a pena de suspensão até trinta dias poderá ser convertida em detenção disciplinar até quinze dias, mediante ordem por escrito do Secretário de Segurança Pública.

§ Único — A detenção disciplinar, que não acarreta a perda dos vencimentos, será cumprida:

I — na residência do funcionário policial, quando não exceder a quarenta e oito horas;

II — em sala especial, na sede da Polícia Civil quando se tratar de ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, ou funcionário policial ocupante de cargo para cujo ingresso ou desempenho seja exigido diploma de nível universitário;

III — em sala especial na Delegacia quando se tratar de funcionário policial nela lotado;

IV — em sala especial do órgão ou serviço, nos demais casos.

Art. 38 — A ordem de detenção disciplinar será entregue ao funcionário policial, por ela atingido, onde quer que ele se encontre, por funcionário de igual ou superior categoria, nela devendo constar:

I — o nome ou assinatura da autoridade que determinou a detenção;

II — motivo gerador da detenção;

III — o prazo de sua duração.

Art. 39 — Recebida a ordem de detenção disciplinar, o funcionário policial punido nela aporá o seu ciente consignando dia, hora e local em que a recebeu, permanecendo cópia da ordem em seu poder.

§ 1.º — O período de detenção começará a correr do momento em que o funcionário policial for recolhido à repartição em que deva cumprir a penalidade.

§ 2.º — Tratando-se de detenção disciplinar não superior a quarenta e oito horas, a partir do momento em que for recolhido à sua residência, ou, se nela já se encontrar, a contar da ciência.

Art. 40 — Durante o período de detenção disciplinar, cumprido na sua residência, o funcionário policial somente poderá ausentar-se mediante expressa autorização de quem aplicar a penalidade.

§ Único — O desatendimento do previsto neste artigo importará em perda da regalia e recolhimento à repartição em que, de acordo com a sua situação funcional, deva permanecer, até que seja cumprida integralmente a pena que lhe foi imposta.

Art. 41 — Recolhido ao local em que deva cumprir a detenção disciplinar, o funcionário policial dele não poderá ausentar-se, a qualquer pretexto, nem ser incumbido de qualquer atividade, sob pena de responsabilidade de quem indevidamente o permitir.

§ Único — Durante o período de detenção, o funcionário poderá receber visitas de familiares, em horas determinadas, de modo a não perturbar o expediente normal do órgão, unidade ou serviço.

Art. 42 — O funcionário policial que, recebendo ordem de detenção disciplinar, se recusar a cumpri-la, praticará, com esse ato, transgressão configuradora de insubordinação grave, sujeita a pena de demissão, a ser apurada em inquérito disciplinar regular, cuja instauração será de imediato determinada pela autoridade competente.

Art. 43 — O período de cumprimento da pena de detenção disciplinar não será computado para nenhum efeito.

Art. 44 — A destituição de função ou a remoção compulsória terão por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever, ou a constatada na incompatibilidade do funcionário policial de permanecer no exercício de suas atividades em determinado órgão ou localidade.

Art. 45 — A pena de demissão será aplicada quando se caracterizar:

I — crimes contra os costumes ou contra o patrimônio, que, por sua natureza e configuração, sejam considerados como infamantes de modo a incompatibilizar o funcionário policial para o exercício da função ou cargo;

II — crime contra a administração pública;

III — lesão aos cofres públicos e delapidação do patrimônio estadual;

IV — ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

V — aplicação irregular de dinheiros públicos;

VI — insubordinação grave em serviço;

VII — revelação de segredo que o funcionário conheça em razão do cargo;

VIII — abandono do cargo, como tal entendida a ausência de serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos;

IX — falta ao serviço por sessenta dias interpolados, sem causa justificada, durante o período de doze meses;

X — transgressão dos itens IV — IX — XI — XII — XIII — XIV — XV — XVI — XXVII — XXXV — XXXVII — XXXIX — XLII — XLIII — XLVII — XLIX — L — LI — LII — LVII — LX — LXI, do artigo 21 desta lei.

§ Único — Poderá ser ainda, aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares, qualquer que seja a natureza.

Art. 46 — O ato originador da demissão do funcionário policial mencionará, sempre, a causa da penalidade.

Art. 47 — A aplicação de penalidades pelas transgressões disciplinares constantes deste Estatuto não exime o funcionário policial da obrigação de indenizar o Estado pelos prejuízos causados.

Art. 48 — Atenta a gravidade da falta, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público" a qual constará sempre dos atos de

demissão fundada nos itens I, II, III, V e VII do artigo 45 e nos itens IX, XLII e L do artigo 21 desta lei.

Art. 49 — Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo:

- I — praticou falta grave no exercício do cargo ou função;
 - II — aceitou ilegalmente cargo ou função pública;
 - III — aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República;
 - IV — praticou usura em qualquer de suas formas.
- § Único — Será igualmente cassada a disponibilidade ao funcionário policial que não assumir o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

CAPÍTULO IV

Da Competência para Imposição de Penalidade

Art. 50 — Para imposição de pena disciplinar são competentes:

- I — o Governador do Estado, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de funcionário policial civil;
- II — o Secretário de Segurança Pública no caso de detenção disciplinar;
- III — o Conselho da Polícia Civil, ex-officio ou em grau recursal, no caso de suspensão até noventa dias;
- IV — o Diretor da Polícia Civil, no caso de suspensão até sessenta dias, destituição de função e remoção compulsória;
- V — os Delegados Divisionais, Especializados, das Delegacias de Primeira, Segunda, Terceira e Classe Especial, Diretores de Institutos Técnico-Científicos, Escola de Polícia, nos casos de advertência e repreensão, bem como suspensão até cinco dias.

Art. 51 — Da pena aplicada será dado conhecimento ao setor do pessoal da Divisão Administrativa da Polícia Civil para as anotações cabíveis.

CAPÍTULO V

Da Sindicância

Art. 52 — A sindicância, que precederá a imposição das penas de repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, consiste na investigação sumária de fato constitutivo de transgressão disciplinar.

Art. 53 — A autoridade policial que tomar conhecimento de transgressões disciplinares, praticadas por funcionário que lhe seja subordinado, instaurará de imediato a sindicância, mediante Portaria, anexando a esta a documentação pertinente e a prova material da transgressão, se houver, e determinará a citação do indiciado para o interrogatório, com o prazo de três dias.

§ 1.º — Se o funcionário que cometeu a transgressão não estiver sob a sua subordinação, a autoridade comunicará o fato à que for competente.

§ 2.º — Na sindicância serão ouvidas até cinco testemunhas, após ser interrogado o indiciado o qual, encerrada a inquirição, poderá apresentar, no prazo de quarenta e oito horas, defesa escrita, juntando documentos e arrolando até mais cinco testemunhas, observado o disposto no artigo 59, §§ 2.º, 3.º e 4.º desta lei.

§ 3.º — Apresentada a defesa escrita e ouvidas as testemunhas de defesa, se houver, a autoridade proferirá a decisão, em três dias, na qual poderá:

I — inocentar o indiciado, com recursos necessário para o Conselho da Polícia Civil;

II — impor ao indiciado a pena disciplinar cabível, observado o disposto nos artigos 34, 35 e 50 deste Estatuto.

§ 4.º — Se a sindicância for instaurada pelo Corregedor da Polícia Civil, será remetida para decisão ao Diretor da Polícia Civil.

§ 5.º — Se a transgressão for dependente de inquérito disciplinar, a autoridade remeterá a sindicância ao Conselho da Polícia Civil, ad referendum do titular da Secretaria de Segurança Pública.

CAPÍTULO VI

Processo Disciplinar

Art. 54 — O processo disciplinar precederá à aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade, destinando-se, ainda, a apurar a responsabilidade de funcionário policial por danos de origem culposa ou dolosa, causados à Fazenda Estadual.

Art. 55 — Compete ao Conselho da Polícia Civil a instauração de processo disciplinar, ex-officio, mediante representação fundamentada ou por provocação de qualquer autoridade policial, através de sindicância.

§ 1.º — Promoverá o processo a Comissão Permanente de Disciplina que for sorteada.

§ 2.º — Haverá até três comissões permanentes de disciplina, presididas sempre por um Delegado de Polícia, designado pelo Conselho de Polícia Civil, sem prejuízo das respectivas funções.

Art. 56 — O Presidente da Comissão designará o Secretário, dando conhecimento à Diretoria da Polícia Civil, para efeito de anotações.

§ 1.º — Os membros das comissões permanentes de disciplina terão o mandato de seis meses, podendo ser reconduzidos.

§ 2.º — Por motivo relevante, o Conselho da Polícia Civil poderá substituir qualquer membro de Comissão Permanente de Disciplina, com recurso necessário para o Secretário de Segurança Pública.

§ 3.º — No caso do parágrafo anterior, o substituto completará o mandato do substituído.

Art. 57 — O Conselho da Polícia Civil, ex-officio ou mediante proposta da Comissão Permanente de Disciplina, poderá suspender preventivamente o indiciado em procedimento disciplinar, com perda de um terço dos vencimentos, por prazo não superior a sessenta dias.

§ Único — Nas transgressões em que a pena aplicável seja a de demissão, o funcionário policial poderá ser afastado do exercício de seu cargo, em qualquer fase do processo disciplinar, até decisão final.

Art. 58 — O funcionário policial terá o direito:

I — à contagem do tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso preventivamente, quando do processo disciplinar não houver resultado pena disciplinar ou esta se limitar à repreensão;

II — à contagem do período de afastamento que exceder do prazo de suspensão disciplinar aplicada;

III — à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento e de todas as vantagens do exercício, desde que reconhecida a sua inocência.

Art. 59 — A Comissão Permanente de Disciplina procederá a todas as diligências necessárias ao esclarecimento da verdade, recorrendo, quando for o caso, a técnicos ou peritos oficiais.

§ 1.º — O número de testemunhas não excederá de seis, excluídas as informantes e referidas, podendo o indiciado arrolar igual número.

§ 2.º — As testemunhas serão inquiridas pelo Presidente da Comissão e, em seguida, pelos demais membros.

§ 3.º — Na redação dos depoimentos a Comissão deverá cingir-se, o máximo possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente o que elas disserem.

§ 4.º — A Comissão poderá indeferir diligências requeridas pelo indiciado, se desnecessárias ou protelatórias.

Art. 60 — Nenhum funcionário policial poderá recusar-se a prestar depoimento, ser acareado ou executar trabalho de sua competência, solicitados pela Comissão Permanente de Disciplina, salvo impossibilidade devidamente comprovada.

Art. 61 — A Comissão Permanente de Disciplina poderá solicitar às autoridades policiais, a adoção de meios compulsórios para o comparecimento de testemunhas que devam depor ou ser acareadas e a isso se recusem.

Art. 62 — Verificando a Comissão Permanente de Disciplina configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará ao Diretor da Polícia Civil as peças necessárias à instauração do respectivo inquérito policial.

Art. 63 — O prazo para a conclusão do inquérito disciplinar será de trinta dias, contados da citação do indiciado, prorrogável, pelo Conselho da Polícia Civil, até o máximo de noventa dias.

§ Único — No caso do artigo 55, o inquérito disciplinar deverá ser concluído e apreciado pelo Conselho da Polícia Civil no tempo correspondente à duração da suspensão do indiciado, improrrogavelmente.

Art. 64 — Quando houver dúvida sobre a integridade mental do indiciado, será ele submetido a exame médico legal por junta médica do Instituto Médico Legal.

§ Único — Se reconhecida a inimizabilidade do indiciado, servirá o procedimento disciplinar para instruir o processo de aposentadoria compulsória, se for o caso.

Art. 65 — O indiciado será citado pessoalmente para ser interrogado sobre as causas da indicição, em data previamente designada, com prazo mínimo de cinco dias, durante o qual poderá examinar os autos do procedimento disciplinar.

Art. 66 — Achando-se o indiciado em lugar incerto ignorado ou inacessível, far-se-á a citação por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com o prazo mínimo de dez dias a contar da publicação.

Art. 67 — O indiciado poderá apresentar defesa prévia e arrolar testemunhas, dentro de três dias após o interrogatório.

§ 1.º — A juntada de documentos será permitida a qualquer tempo, até às alegações finais.

§ 2.º — Ao indiciado revel será nomeado defensor.

§ 3.º — Em qualquer fase do inquérito disciplinar será permitida a intervenção de defensor constituído.

§ 4.º — A intimação para os atos posteriores ao interrogatório poderá ser feita na pessoa do defensor, facultando-se a este representar o indiciado durante a inquirição de testemunhas.

Art. 68 — Concluída a instrução, o indiciado terá cinco dias para as alegações finais.

Art. 69 — Findo o prazo do artigo anterior, a Comissão Permanente de Disciplina, dentro de cinco dias, remeterá os autos de inquérito ao Conselho da Polícia Civil, com relatório conclusivo, especificando as disposições legais transgredidas e as providências ou penalidades cabíveis.

Art. 70 — O Conselho da Polícia Civil, no prazo de dez dias, proferirá decisão fundamentada.

Art. 71 — O relatório conclusivo a que se refere o artigo 69, em relação a cada indiciado conterá:

I — síntese das acusações formuladas inicialmente;

II — fatos apurados durante a instrução;

III — síntese das razões de defesa e sua apreciação;

IV — conclusão, na qual se pronunciará pela inocência ou pela responsabilidade do indiciado, indicando, se a hipótese for esta última, a disposição legal ou regulamentar transgredida.

Art. 72 — A Comissão Permanente de Disciplina poderá, ainda, sugerir quaisquer providências que se apresentem adequadas ou de interesse para o serviço, bem como apontar fatos que, tendo chegado ao seu conhecimento no curso da instrução, devam ser apurados em outro processo.

§ 1.º — Uma via do inquérito permanecerá nos arquivos da Comissão, e a outra nos arquivos do Conselho da Polícia Civil e conterão a relação descritiva da documentação fotográfica e demais elementos de prova colhidos durante a instrução, sempre que não seja possível juntá-los por cópia, fotocópia, termofax, reprodução fotográfica, etc.; devidamente autenticados, especificando-se, outrossim, o número de folhas em que tais elementos constavam nos autos originais.

§ 2.º — Decorridos cinco anos, após o encerramento do inquérito disciplinar, as vias referidas nos parágrafos anteriores serão, para os devidos fins, remetidas ao Arquivo Público.

§ 3.º — A Corregedoria da Polícia Civil, por sua vez e para controle, pronunciará a cópia em poder da Comissão.

Art. 73 — O funcionário policial civil só poderá ser exonerado, a pedido, após conclusão absoluta de procedimento disciplinar a que responder.

Art. 74 — Se a transgressão for praticada em concurso, entre funcionário policial e funcionário estranho à Polícia Civil, o Conselho da Polícia Civil comunicará o fato e suas circunstâncias à Secretaria de Estado ou órgão a que pertencer o último, para as medidas administrativas cabíveis.

Art. 75 — Autuado em flagrante ou indiciado em inquérito policial pela prática de crime previsto no artigo 46, a autoridade policial remeterá cópia das respectivas peças ao Conselho da Polícia Civil, para instauração do inquérito disciplinar.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art. 76 — Da imposição de pena disciplinar caberá recurso, no prazo de cinco dias, contados da intimação:

I — para o Secretário de Segurança Pública das decisões do Diretor da Polícia Civil e do Conselho da Polícia Civil;

II — para o Conselho da Polícia Civil, das decisões de Delegados de Polícia em geral, Diretores dos Institutos Científicos e Técnicos, Escola de Polícia em geral, Diretores dos Institutos Científicos e Técnicos, Escola de Polícia 53, parágrafo 3.º, item I.

§ Único — A autoridade que impuser a sanção disciplinar poderá, atendidas as condições especiais do caso concreto, ao receber o recurso dar-lhe efeito suspensivo.

CAPÍTULO VIII
Da Prisão Administrativa

Art. 77 — Cabe a prisão administrativa ao funcionário policial civil responsável por dinheiro, valores e bens pertencentes à Fazenda Estadual, ou que se acharem sob a guarda desta, no caso de dano, alcance, desvio ou omissão no recolhimento, no prazo devido, devendo ser ordenada pelo Diretor da Polícia Civil, Diretores de Institutos Técnicos e Científicos e Escola de Polícia, e, em casos urgentes pelos Delegados em geral, mediante despacho fundamentado.

§ 1.º — A prisão será comunicada, imediatamente, à autoridade judiciária, e ao Conselho da Polícia Civil, que instaurará o processo disciplinar.
§ 2.º — A prisão administrativa não excederá de noventa dias, e, enquanto durar, o funcionário policial civil perderá um terço dos vencimentos.

CAPÍTULO IX
Da Revisão do Processo Disciplinar

Art. 78 — Durante o prazo de cinco anos, contado a partir da decisão final, poderá ser promovida a revisão de processo disciplinar.

§ 1.º — Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça de penalidade.

§ 2.º — Será indeferido in limine o pedido, se não contiver a indicação de provas ainda não apuradas.

§ 3.º — A revisão poderá ser requerida pelo cônjuge, descendente, ascendente ou irmão do funcionário, se este houver falecido ou for declarado ausente.

Art. 79 — O pedido será dirigido ao Conselho da Polícia Civil que designará, para proceder a revisão, Comissão Revisora, observado, quanto à composição, o disposto no artigo 55, § 2.º desta lei.

§ Único — Não poderá ser membro da Comissão Revisora quem tiver participado da Comissão Permanente de Disciplina vinculada ao procedimento disciplinar em revisão.

Art. 80 — Apensado o pedido ao inquérito disciplinar a ser revisto, terá início, dentro de dez dias, a produção das provas indicadas pelo requerente, em prazo não superior a trinta dias.

§ 1.º — Concluída a instrução, será aberta vista ao requerente, pelo prazo de cinco dias, para alegações.

§ 2.º — Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Revisora, dentro de cinco dias, encaminhará o inquérito, com relatório conclusivo, ao Conselho da Polícia Civil.

§ 3.º — Com o parecer final do Conselho da Polícia Civil, que deverá ser proferido no prazo de oito dias, será o processo submetido a julgamento da autoridade competente.

Art. 81 — Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, com pleno ressarcimento dos direitos por ela atingidos.

CAPÍTULO X
Da Prescrição

Art. 82 — Prescreverá:

I — em dois anos, a transgressão punível com pena de repreensão ou suspensão;

II — em quatro anos, a transgressão punível com cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

III — em cinco anos, a transgressão punível com a pena de demissão.

Art. 83 — O prazo de prescrição contar-se-á da data em que a transgressão se consumou.

§ 1.º — Nos casos de transgressões permanentes ou continuadas, o prazo de prescrição contar-se-á do dia em que cessou a permanência ou a continuação.

§ 2.º — Quando ocorrerem circunstâncias que impeçam o imediato conhecimento da existência da transgressão, o termo inicial da prescrição será o dia em que a autoridade competente dela tomar conhecimento.

§ 3.º — A transgressão também prevista na lei penal como crime, prescreverá no mesmo prazo deste.

§ 4.º — A citação do indiciado interrompe o curso do prazo prescricional.

TÍTULO V
Das Disposições Gerais

Art. 94 — Os integrantes das carreiras policiais terão regime especial de trabalho, em bases de vencimentos fixados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e condições para o seu exercício, os riscos a ela inerentes, a irregularidade dos horários de trabalho, sujeitos a plantões noturnos e chamados a qualquer hora, bem como a proibição legal do exercício de outras atividades remuneradas.

§ 1.º — Os horários normais de trabalho serão fixados em regulamento.

§ 2.º — Para os serviços realizados em forma de rodízio ou dependentes de escala, o horário de trabalho, bem como os períodos de descanso, serão fixados na medida das necessidades do serviço policial e da natureza das funções.

Art. 95 — A lotação dos Servidores da Polícia Civil poderá ser em qualquer das regiões do Estado, não havendo distinção entre uma e outra para efeito de concessão de vantagens.

Art. 96 — Nenhum funcionário da Polícia Civil poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se se tratar de cargo em comissão.

Parágrafo Único — Apurado que o funcionário policial tenha sido desviado de função sem observância dos preceitos da lei, o Conselho da Polícia Civil organizará processo próprio e sugerirá as medidas e sanções cabíveis, inclusive à autoridade que houver permitido.

Art. 97 — A gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será calculada com base nos respectivos vencimentos básicos.

§ 1.º — A gratificação de que trata este artigo será computada, para efeito de cálculo de proventos de aposentadoria do pessoal da Polícia Civil, à razão de um trinta e cinco avos e em um trinta avos por ano de efetiva permanência nesse regime, para funcionários dos sexos masculino e feminino, respectivamente, observada a legislação em vigor.

§ 2.º — Para os efeitos da incorporação de que trata o parágrafo anterior, poderão ser computados os períodos em que o funcionário policial civil tenha percebido gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

Art. 98 — As promoções do pessoal da Polícia Civil do Estado processar-se-ão na base dos critérios previstos no Estatuto dos Funcionários Civis do

Estado, na proporção de dois terços por merecimento e um terço por antiguidade.

Art. 89 — Serão instituídas por Decreto do Poder Executivo, as Medalhas Tiradentes, conferidas a policiais nacionais ou estrangeiros que houverem prestado serviços notáveis à organização policial ou que se hajam distinguido no exercício da profissão e a de Serviços Relevantes à Polícia Civil, destinada a condecorar personalidades nacionais ou estrangeiras que, no campo de suas atividades relacionadas com a ordem pública tiveram destacada atuação.

Art. 90 — O disposto na presente lei, não determinará em caso nenhum, modificação na retribuição do pessoal inativo, que continuará tendo por base de cálculo de seus proventos o símbolo ou nível que era atribuído ao cargo na data de sua aposentadoria.

TÍTULO VI
Das Disposições Transitórias

Art. 91 — O Quadro da Polícia Civil do Estado é o constante do Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único — Os cargos vagos na data da vigência desta lei serão preenchidos através de plano plurianual a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 92 — Os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro da Polícia Civil serão fixados para cada classe com base nos vencimentos de Delegado de Polícia Primeira Classe, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo II, desta lei.

Parágrafo Único — Os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de Primeira Classe são fixados em Cr\$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta cruzeiros), a partir de 1.º de janeiro de 1974.

Art. 93 — O enquadramento do Pessoal no novo Quadro da Polícia Civil processar-se-á, automaticamente, na forma prevista no Anexo III, desta lei.

Parágrafo Único — Se na aplicação do disposto neste artigo, o atual número de cargos integrantes das diferentes carreiras for maior que o previsto nesta lei, estes serão mantidos em tantos quantos forem necessários, até que através das promoções e acessos ocorra o equilíbrio entre os cargos fixados e ocupados.

Art. 94 — Ficam criados na Diretoria da Polícia Civil os seguintes cargos de provimento em comissão:

- 1 (um) Corregedor, símbolo 2-C
- 1 (um) Assessor, símbolo 3-C
- 1 (um) Assistente, símbolo 4-C
- 1 (um) Oficial de Gabinete, símbolo 9-C
- 1 (um) Assistente, símbolo 4-C

Art. 95 — Os anexos que fazem parte integrante desta lei são alteráveis por lei ordinária, observadas as formalidades específicas.

Art. 96 — As vantagens financeiras decorrentes desta lei serão devidas a partir de 1.º de janeiro de 1974.

Art. 97 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I (UM)

QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL

Carreiras	Classes	N.º de Cargos	Acesso
Delegado de Polícia	1.ª Classe	20	
Delegado de Polícia	2.ª Classe	40	
Delegado de Polícia	3.ª Classe	60	
Delegado de Polícia	4.ª Classe	80	
		200	
Detetive	1.ª Classe	07	
Detetive	2.ª Classe	14	
Detetive	3.ª Classe	22	
Detetive	4.ª Classe	29	
		72	
Investigador	1.ª Classe	07	Detetive 4.ª Classe
Investigador	2.ª Classe	14	
Investigador	3.ª Classe	22	
Investigador	4.ª Classe	29	
		72	
Agente de Segurança	1.ª Classe	100	Investigador 4.ª Classe
Agente de Segurança	2.ª Classe	200	
Agente de Segurança	3.ª Classe	300	
Agente de Segurança	4.ª Classe	400	
		1000	
Escrivão de Polícia	1.ª Classe	32	
Escrivão de Polícia	2.ª Classe	64	
Escrivão de Polícia	3.ª Classe	96	
Escrivão de Polícia	4.ª Classe	128	
		320	
Motorista Policial	1.ª Classe	15	
Motorista Policial	2.ª Classe	30	
Motorista Policial	3.ª Classe	45	
Motorista Policial	4.ª Classe	60	
		150	
Médico Legista	1.ª Classe	05	
Médico Legista	2.ª Classe	11	
Médico Legista	3.ª Classe	16	
Médico Legista	4.ª Classe	22	
		54	
Químico Legal	1.ª Classe	01	
Químico Legal	2.ª Classe	02	

Químico Legal	3.ª Classe	03	
Químico Legal	4.ª Classe	04	
		10	
Toxicologista	1.ª Classe	01	
Toxicologista	2.ª Classe	02	
Toxicologista	3.ª Classe	03	
Toxicologista	4.ª Classe	04	
		10	
Perito Criminal	1.ª Classe	05	
Perito Criminal	2.ª Classe	11	
Perito Criminal	3.ª Classe	17	
Perito Criminal	4.ª Classe	22	
		55	
Perito Policial	1.ª Classe	05	Perito Criminal 4.ª Classe
Perito Policial	2.ª Classe	11	
Perito Policial	3.ª Classe	17	
Perito Policial	4.ª Classe	22	
		55	
Dactiloscopista	1.ª Classe	03	
Dactiloscopista	2.ª Classe	06	
Dactiloscopista	3.ª Classe	09	
Dactiloscopista	4.ª Classe	12	
		30	
Aux. de Necrópsia	1.ª Classe	02	
Aux. de Necrópsia	2.ª Classe	04	
Aux. de Necrópsia	3.ª Classe	06	
Aux. de Necrópsia	4.ª Classe	08	
		20	
Servente de Necrópsia	1.ª Classe	02	
Servente de Necrópsia	2.ª Classe	04	
Servente de Necrópsia	3.ª Classe	06	
Servente de Necrópsia	4.ª Classe	08	
		20	
Radiotécnico	1.ª Classe	01	
Radiotécnico	2.ª Classe	02	
Radiotécnico	3.ª Classe	03	
Radiotécnico	4.ª Classe	04	
		10	
Radiocomunicador	1.ª Classe	07	
Radiocomunicador	2.ª Classe	14	
Radiocomunicador	3.ª Classe	21	
Radiocomunicador	4.ª Classe	28	
		70	
Investigador (Feminino)	1.ª Classe	01	
Investigador (Feminino)	2.ª Classe	02	
Investigador (Feminino)	3.ª Classe	03	
Investigador (Feminino)	4.ª Classe	04	
		10	
Agente de Segurança (Fem.)	1.ª Classe	10	Investigador 4.ª Classe
Agente de Segurança (Fem.)	2.ª Classe	20	
Agente de Segurança (Fem.)	3.ª Classe	30	
Agente de Segurança (Fem.)	4.ª Classe	40	
		100	
Dactiloscopista (Feminino)	1.ª Classe	03	
Dactiloscopista (Feminino)	2.ª Classe	06	
Dactiloscopista (Feminino)	3.ª Classe	09	
Dactiloscopista (Feminino)	4.ª Classe	12	
		30	
Escrivão de Polícia (Fem.)	1.ª Classe	03	
Escrivão de Polícia (Fem.)	2.ª Classe	06	
Escrivão de Polícia (Fem.)	3.ª Classe	09	
Escrivão de Polícia (Fem.)	4.ª Classe	12	
		30	

PARTE SUPLEMENTAR (EXTINTA AO VAGAR)

Comissário de Polícia Classe Única 100

ANEXO II (DOIS)

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DO PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL A QUE SE REFERE O ARTIGO 92 DESTA LEI

Carreiras	Índices
Delegado de 1.ª Classe	100
Delegado de 2.ª Classe	91
Delegado de 3.ª Classe	82
Delegado de 4.ª Classe	78

Detetive de 1.ª Classe	53
Detetive de 2.ª Classe	50
Detetive de 3.ª Classe	47
Detetive de 4.ª Classe	44
Investigador de 1.ª Classe	41
Investigador de 2.ª Classe	38
Investigador de 3.ª Classe	35
Investigador de 4.ª Classe	32
Agente de Segurança de 1.ª Classe	30
Agente de Segurança de 2.ª Classe	27
Agente de Segurança de 3.ª Classe	25
Agente de Segurança de 4.ª Classe	23
Escrivão de Polícia de 1.ª Classe	52
Escrivão de Polícia de 2.ª Classe	48
Escrivão de Polícia de 3.ª Classe	44
Escrivão de Polícia de 4.ª Classe	40
Médico Legista de 1.ª Classe	84
Médico Legista de 2.ª Classe	80
Médico Legista de 3.ª Classe	76
Médico Legista de 4.ª Classe	72
Químico Legal de 1.ª Classe	84
Químico Legal de 2.ª Classe	80
Químico Legal de 3.ª Classe	76
Químico Legal de 4.ª Classe	72
Perito Criminal 1.ª Classe	84
Perito Criminal 2.ª Classe	80
Perito Criminal 3.ª Classe	76
Perito Criminal 4.ª Classe	72
Perito Policial 1.ª Classe	60
Perito Policial 2.ª Classe	58
Perito Policial 3.ª Classe	56
Perito Policial 4.ª Classe	54
Toxicologista 1.ª Classe	84
Toxicologista 2.ª Classe	80
Toxicologista 3.ª Classe	76
Toxicologista 4.ª Classe	72
Dactiloscopista 1.ª Classe	44
Dactiloscopista 2.ª Classe	38
Dactiloscopista 3.ª Classe	34
Dactiloscopista 4.ª Classe	30
Motorista Policial 1.ª Classe	29
Motorista Policial 2.ª Classe	26
Motorista Policial 3.ª Classe	23
Motorista Policial 4.ª Classe	21
Aux. de Necrópsia 1.ª Classe	23
Aux. de Necrópsia 2.ª Classe	22
Aux. de Necrópsia 3.ª Classe	21
Aux. de Necrópsia 4.ª Classe	20
Servente de Necrópsia 1.ª Classe	21
Servente de Necrópsia 2.ª Classe	19
Servente de Necrópsia 3.ª Classe	17
Servente de Necrópsia 4.ª Classe	15
Radiotécnico 4.ª Classe	38
Radiotécnico 3.ª Classe	36
Radiotécnico 2.ª Classe	33
Radiotécnico 1.ª Classe	31
Radiocomunicador 1.ª Classe	25
Radiocomunicador 2.ª Classe	23
Radiocomunicador 3.ª Classe	21
Radiocomunicador 4.ª Classe	19
Comissário de Polícia Classe Única	60

ANEXO III

LISTA DE ENQUADRAMENTO

Situação Atual		Situação Proposta	
Delegado de Polícia	Nível 27	Delegado de Polícia	1.ª Classe
Delegado de Polícia		Delegado de Polícia	2.ª Classe
Delegado de Polícia	Nível 26	Delegado de Polícia	3.ª Classe
Delegado Adjunto	Nível 25	Delegado de Polícia	4.ª Classe
Investigador Criminal	Nível 18	Investigador Crim.	1.ª Classe
Investigador Criminal	Nível 17	Investigador Crim.	2.ª Classe
		Investigador Crim.	3.ª Classe
		Investigador Crim.	4.ª Classe
Agente de Segurança	Nível 16	Agente de Segurança	1.ª Classe
Agente de Segurança	Nível 15	Agente de Segurança	2.ª Classe
Agente de Segurança	Nível 14	Agente de Segurança	3.ª Classe
		Agente de Segurança	4.ª Classe
		Perito Criminal	1.ª Classe
Perito Criminal	Nível 26	Perito Criminal	2.ª Classe
Perito Criminal	Nível 25	Perito Criminal	3.ª Classe
		Perito Criminal	4.ª Classe
		Perito Policial	1.ª Classe
		Perito Policial	2.ª Classe
Perito Policial	Nível 22	Perito Policial	3.ª Classe
Perito Policial	Nível 21	Perito Policial	4.ª Classe
Dactiloscopista	Nível 19	Dactiloscopista	1.ª Classe
Dactiloscopista	Nível 18	Dactiloscopista	2.ª Classe

Dactiloscopista	Nível 17	Dactiloscopista	3.a Classe
Dactiloscopista	Nível 16	Dactiloscopista	4.a Classe
Dactiloscopista	Nível 15	Dactiloscopista	4.a Classe
		Aux. de Necropsia	1.a Classe
		Aux. de Necropsia	2.a Classe
Aux. de Necropsia	Nível 11	Aux. de Necropsia	3.a Classe
Aux. de Necropsia	Nível 10	Aux. de Necropsia	4.a Classe
		Escrivão de Polícia	1.a Classe
Escrivão de Polícia	Nível 19	Escrivão de Polícia	2.a Classe
Escrivão de Polícia	Nível 18	Escrivão de Polícia	3.a Classe
Escrivão de Polícia	Nível 17	Escrivão de Polícia	4.a Classe
Motorista Policial	Nível 15	Motorista Policial	1.a Classe
Motorista Policial	Nível 14	Motorista Policial	2.a Classe
Motorista Policial	Nível 12	Motorista Policial	3.a Classe
		Motorista Policial	4.a Classe
		Motorista Policial	4.a Classe
Médico Legista	Nível 27	Médico Legista	1.a Classe
Médico Legista	Nível 26	Médico Legista	2.a Classe
		Médico Legista	3.a Classe
		Médico Legista	4.a Classe
		Radiocomunicador	1.a Classe
		Radiocomunicador	2.a Classe
		Radiocomunicador	3.a Classe
		Radiocomunicador	4.a Classe
Radiocomunicador	Nível 09	Radiocomunicador	4.a Classe
Comissário de Polícia	Nível 22	Comissário de Polícia	Classe Única

OBS. Os atuais ocupantes interinos serão classificados na classe inicial (4.a Classe).

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 1-74

Curitiba, 3 de dezembro de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública com os Municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certos de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Corbélia, Pr. com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três (1.973), no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Sr. General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Sr. José Miron Muller, prefeito Municipal do município de Corbélia, Pr., tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IV) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 48-73, de 25.09.1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — art. 56), nos termos do artigo 4.º do código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação policial, contínua, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Corbélia em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis, apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material imobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadrados nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 01 de outubro de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOSÉ MIRON MULLER — Prefeito Municipal

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Nova Cantu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 16 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Sr. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Walnwick Pereira, Prefeito Municipal de Nova Cantu, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 75 itens V e VII da Lei Orgânica dos Municípios de (18-06-73), tendo em vista a autorização governamental de 21.07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei municipal n.º 14-73 de 06-10-73, resolveram, mediante as cláusulas do mediante termo de Convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem com util aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de Novembro de 1962, tem os encargos entre outros, apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos institutos de identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Nova Cantu, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior.

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada a Câmara Municipal ou seus órgãos.

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais.

II — Pneus e componentes, revisões, periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção do aparelho de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atitude dos mesmos.

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis, apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e Preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia.

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois de uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio.

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos, legais. Curitiba, 16 de outubro de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

WALMICK PEREIRA — Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

José Mario do Nascimento — Eraylton Moreschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FATIMA

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Nova Fátima, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ramiro Fraiz Martins, Prefeito Municipal de Nova Fátima, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 75 (itens V e VII) da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2 de 18.07.1973), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 496-73, de 20.08.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA: — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Nova Fátima, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência, deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias, próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

c) — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II) — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III) — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV) — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V) — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, neste incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI) — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade de Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e consignando prequízo a coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para produza os seus efeitos legais. Curitiba, 11 de outubro de 1973.

Gen. MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

RAMIRO FRAIZ MARTINS — Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

José Maria do Nascimento — Eraylton Moreschi

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Marques de Macedo, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21 de fevereiro de 1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado número 102 e tendo em vista a Lei Municipal número 08-73 de 20.09.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão até o máximo de Cr\$ 100,00 mensais, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor,

cutor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas na cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de outubro de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOSÉ MARQUES DE MACEDO — Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

as. ilegível

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 5/74

Curitiba, 1.º de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Amaporá e Santa Cecília do Pavão, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÁ ESTADO DO PARANÁ

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Amaporá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 26 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário C. Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João Fullotto, Prefeito Municipal de Amaporá, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 108 de 19-XI-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Amaporá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 26 de dezembro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

João Fullotto — Prefeito Municipal de Amaporá

José Maria do Nascimento — Testemunha

Erayton Moreschi — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

Termo de Contrato que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Arvílio Bachega, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, tendo em vista o que preceitua o art. 117 da Constituição Estadual e o art. 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-7-72, publicada no Diário Oficial do Estado sob o n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 11-73 de 8-11-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — art. 56) nos termos do art. 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produzam os seus efeitos legais.

Curitiba, 20 de novembro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Arvílio Bachege — Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraykton Moreschi — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

6/74

Curitiba, 19 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 04/74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

CONVENIO N.º 4-74

Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28.02.67, alterado pelo artigo 20 da lei n.º 5365, de 1.º.12.67, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08.05.69 e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 08.09.69, inscrita no CGC-MF sob n.º 92.885151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, no final assinado, na forma do artigo 15 do já referido Decreto-Lei n.º 301, doravante denominada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente "ESTADO" neste ato representado por seu Governador, Doutor Emílio Hoffmann Gomes, tem justo, certo e combinado, a celebração do presente Convênio, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objetivo do Convênio:

O presente Convênio tem por objetivo, a colaboração da "SUDESUL" na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, doravante denominado simplesmente "PLANO", previsto no item I do artigo 3.º da lei complementar n.º 14 de 08.06.73, de conformidade com o Plano de Aplicação e com o Termo de Referência, constantes do processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 8582-73, de 23.11.73 os quais fazem parte integrante deste processo, independentemente de transcrição.

Parágrafo único: — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto referidos na cláusula anterior, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, desde que aprovadas as modificações previamente e por escrito, pela "SUDESUL" e não importem em alterações do objeto e da classificação orçamentária.

CLAUSULA SEGUNDA: — Da Elaboração do Plano:

Caberá ao "ESTADO", pela Coordenação de Planejamento Estadual e, nos termos da Lei Estadual n.º 6517, de 02.01.74, elaborar o Plano, podendo a mesma sub-empregar a execução dessa obra com terceiros de reconhecida idoneidade técnica e, enunciativamente, com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, sob responsabilidade solidária do "ESTADO".

CLAUSULA TERCEIRA: — Dos Recursos:

Para consecução do objetivo deste Convênio, o "ESTADO" e a "SUDESUL" contribuirão com a quantia de Cr\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil cruzeiros), a saber:

- a) — "SUDESUL" até Cr\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil cruzeiros);
- b) — "ESTADO" com Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros).

CLAUSULA QUARTA: — Da Origem dos Recursos:

I) — O valor da contribuição da "SUDESUL" especificado na cláusula anterior foi empenhada sob n.ºs 1136, 1138 e 1142 em 30.11.73 e correrá à conta de seu Orçamento-Programa para o exercício de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Habitação e Planejamento Urbano; SUBPROGRAMA: Planejamento Urbano; PROJETO: 11.06.1.163 — Programa de Ação Concentrada; ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 77.500,00 (Setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) e 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 5.450,00 (Cinco mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) e, ainda, do PROGRAMA Administração; SUBPROGRAMA: Planejamento e Organização; PROJETO: 01.08.1041 — Estudos Básicos do Planejamento Especial, Setorial e Regional; Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 317.000,00 (Trezentos e dezessete mil cruzeiros). II) O "ESTADO" contribuirá

com a importância de Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros), cuja despesa correrá à conta da dotação prevista no artigo 24 da lei 6517, de 02.01.74, empenhada sob o n.º em e assim classificada:

CLAUSULA QUINTA: — Da Transferência dos Recursos:

A "SUDESUL" transferirá ao "ESTADO" o valor de sua contribuição, mencionada neste instrumento, de uma só vez, após a assinatura e publicação do presente Convênio, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

CLAUSULA SEXTA: — Da Aplicação dos Recursos da "SUDESUL".

A contribuição da "SUDESUL" será aplicada pelo "ESTADO", na primeira etapa — Conhecimento da Realidade Regional — do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, obedecendo as especificações dos Termos de Referência e limitações constantes do Plano de Aplicação referido na cláusula primeira.

CLAUSULA SÉTIMA: — Da Complementação de Recursos:

Toda e qualquer despesa necessária à execução do disposto na cláusula primeira, que exceder a contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "ESTADO", que se obriga a tomar todas as providências para obter os recursos necessários, a fim de que o convencionado neste ato seja totalmente executado no prazo estabelecido na cláusula décima.

CLAUSULA OITAVA: — Do Depósito dos Recursos da "SUDESUL"

A contribuição da "SUDESUL" entregue ao "ESTADO", em conformidade com o pactuado na cláusula quarta, será obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

CLAUSULA NONA: — Da Prestação de Contas: — A prestação de contas da parcela de Cr\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil cruzeiros), correspondente à contribuição da "SUDESUL", será feita pelo "ESTADO", dentro do prazo de 2 (dois) meses, contados após a data do término do prazo de execução, estabelecido na cláusula décima, com os documentos originais correspondentes e será organizada em forma contábil observando as pertinentes exigências do Código de Contabilidade Pública, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentadas pela "SUDESUL".

Parágrafo único: — Os saldos da contribuição da "SUDESUL" porventura inaplicados, reverterão aos cofres da mesma, por ocasião da prestação de contas.

CLAUSULA DÉCIMA: — Do Prazo de Elaboração do Documento:

O "ESTADO" obriga-se a concluir o documento citado na cláusula sexta, diretamente, ou por intermédio de terceiros, como dispõe a cláusula segunda, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data do pagamento a que se refere a cláusula quinta.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — Das Obrigações Complementares do "ESTADO".

O "ESTADO" compromete-se ainda, em relação ao documento citado na cláusula sexta:

- a) — A submetê-lo à análise da "SUDESUL".
- b) — A apresentar à "SUDESUL", relatórios semestrais sobre o andamento da elaboração do mesmo;
- c) — A fazer constar em todos os exemplares do mesmo, a colaboração da "SUDESUL";
- d) — A enviar à "SUDESUL", 5 (cinco) exemplares do documento elaborado.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — Do Atestado Quanto à Prestação de Serviços:

O "ESTADO", através do Secretário ou de quem por ele designado, atestará a prestação de serviços do pessoal técnico ou não, aplicado na execução do presente Convênio.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — Do Acompanhamento dos Trabalhos:

Fica assegurado à "SUDESUL", o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o andamento das atividades ou serviços do presente Convênio, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido na cláusula nona.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: — Da Emissão do Laudo Técnico:

Caberá ao Departamento de Desenvolvimento Local da "SUDESUL", a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: — A "SUDESUL" e o "ESTADO" são co-proprietários do produto final do trabalho, podendo utilizá-lo livremente. O "ESTADO" se compromete, outrossim, a dar livre acesso à "SUDESUL", às informações que instruíram a elaboração do documento.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: — Da Rescisão:

A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas, motivará a imediata rescisão do presente instrumento; se a inatendimento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir diretamente aos cofres da "SUDESUL", a importância desta recebida, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que for constatada a infração; se for imputado à "SUDESUL" ficará esta obrigada a quitar os compromissos já assumidos e a serem cobertos com sua contribuição conforme Cronograma e Plano de Aplicação anexos. Ambos os ressarcimentos se farão independentemente de interposição judicial ou extra judicial.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA: — Do Prazo de Vigência:

O período de vigência do presente Convênio, será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de pagamento a que se refere a cláusula quinta.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA: — Da Prorrogação dos Prazos:

Os prazos do presente Convênio, tanto o de execução, como o de prestação de contas e o de vigência, poderão ser prorrogados, caso surgirem motivos que justifiquem tal prorrogação, por solicitação do "ESTADO" e obtido o prévio consentimento da "SUDESUL".

CLAUSULA DÉCIMA NONA: — Do Foro:

As partes elegem o foro de Porto Alegre, para conhecer qualquer ação, exceção, execução, interposição, notificação ou vistoria, pertinentes aos negócios consubstanciados neste instrumento ou a eles conexos, renunciando a qualquer outro, o mais privilegiado que for.

E, por estarem acordos, mandaram que eu, as. ilegível, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas, por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, ilegível, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 31 de janeiro de 1974.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, Superintendente
"ESTADO" — Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes, Governador.

TESTEMUNHAS:

as. ilegível

as. ilegível

MENSAGEM 7-74

Curitiba, 19 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 07-74, celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná objetivando a realização de Estudos para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado.

CONVÊNIO N.º 07-74

Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná".

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Emilio Hoffmann Gomes, adiante designado simplesmente "ESTADO" e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal criada pelo Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, adiante denominada "SUDESUL", tem justo, certo e combinado a celebração do presente Convênio, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Do Objeto:

O presente Convênio visa o desenvolvimento, em regime de mutua colaboração, de um programa de estudos e pesquisas visando a continuidade do recém concluído "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná" e a definição dos instrumentos mais adequados para a implementação de suas recomendações.

CLÁUSULA SEGUNDA: — Do Plano de Trabalho:

As atividades de que trata a Cláusula anterior, serão desenvolvidas conforme o Plano de Trabalho constante do Programa de Manutenção da equipe de trabalho do Projeto Noroeste, incluso no processo protocolado na "SUDESUL" sob número 8263-73, que integra o presente, independentemente de transcrição, e compreenderá basicamente:

a) — Leitura e revisão técnica do Relatório Final do Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná, com vistas a sua publicação;

b) — Seleção de linhas prioritárias para pesquisas dentre as sugeridas no Estudo, bem como a sua montagem e desenvolvimento;

c) — Definição e montagem do sistema necessário a implementação das recomendações constantes no Estudo.

CLÁUSULA TERCEIRA: — Dos Executores:

Fica estabelecida a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de executar as atividades constantes no Plano de Trabalho, bem como promover as gestões necessárias à plena consecução dos objetivos propostos no presente Convênio.

Parágrafo Primeiro: — Compete às partes convenientes, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura deste Convênio, indicar, cada uma, dois representantes para o Grupo de Trabalho, sendo um titular e outro suplente.

Parágrafo Segundo: — Caberá ao representante do "ESTADO", a direção do Grupo de Trabalho, ficando diretamente responsável pela execução das atividades constantes do Plano de Trabalho citado.

Parágrafo Terceiro: — Caberá ao representante da "SUDESUL", o acompanhamento periódico das atividades objeto do presente Convênio.

Parágrafo Quarto: — As linhas de atuação do Grupo de Trabalho, serão definidas em comum acordo pelos representantes do "ESTADO" e da "SUDESUL".

CLÁUSULA QUARTA: — Obrigações do Estado:

Ao "ESTADO" competirá proporcionar as instalações físicas, compreendendo salas e móveis necessários ao funcionamento do Grupo de Trabalho. Igualmente, os equipamentos de trabalho (máquinas de escrever, calcular, copiadora e material para desenho) serão fornecidos pelo "ESTADO" que propiciará ainda um veículo, para atendimento do Grupo de Trabalho. O pessoal técnico e administrativo que comporá o Grupo de Trabalho será contratado pelo "ESTADO".

CLÁUSULA QUINTA: — Obrigações da Sudesul:

A "SUDESUL" cederá todas as informações obtidas durante a execução do "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Noroeste do Estado do Paraná", bem como uma coleção de mapas, diagramas e gráficos em escala original. Caso sobrevier necessidade de utilização destas informações em outras atividades de sua programação, o "ESTADO" cederá cópia do que for preciso à "SUDESUL".

CLÁUSULA SEXTA: — Da Gestão: — A gestão administrativa e técnica fica a cargo do "ESTADO", observado o disposto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SÉTIMA: — Dos Recursos:

Para a execução do objeto do presente Convênio, a "SUDESUL" e o "ESTADO" se comprometem a contribuir pela seguinte forma:

a) — A contribuição da "SUDESUL" para a execução do convencionado neste ato será de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), empenhados sob n.º 1127, em 30 de novembro de 1973, cuja despesa correrá à conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue:

Programa: Administração; Subprograma: Planejamento e Organização; Projeto: 01.08.1.041 — Estudos Básicos de Planejamento Especial, Setorial e Regional; Elemento de Despesa: 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros);

b) — A contribuição do Estado será de Cr\$ 787.000,00 (Setecentos e oitenta e sete mil cruzeiros) e correrá à conta da dotação orçamentária 2010.0180.2003 — Elemento de Despesa 3.1.4.0 — Encargos Diversos e Sub Elemento 3.1.4.0.12 — Reparelhamento e Desenvolvimento de Programas, Serviços e Trabalhos Específicos.

Parágrafo Primeiro: — O pagamento da contribuição da "SUDESUL" prevista nesta Cláusula será efetuado ao "ESTADO" após a publicação do presente Convênio e obrigatoriamente depositada no Banco do Brasil S.A. em conta vinculada.

Parágrafo Segundo: — Os recursos entregues pela "SUDESUL" na forma desta Cláusula e porventura inaplicados reverterão aos cofres da mesma por ocasião da prestação final de contas.

CLÁUSULA OITAVA: — Do Laudo Técnico:

A Superintendência Adjunta de Operações da "SUDESUL", exercerá as atividades necessárias ao cumprimento do presente instrumento, bem como a emissão do laudo técnico previsto pelo Artigo 29 do Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA NONA: — Para coordenar as atividades, objeto deste Convênio, o "ESTADO" indica a Coordenação de Planejamento Estadual, a qual ficam afetas as responsabilidades assumidas por aquela parte neste documento, inclusive a administração financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA: — Da Prestação de Contas:

A prestação de contas dos recursos recebidos pelo "ESTADO" na forma da Cláusula Sétima, será enviada à "SUDESUL" 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução, estabelecido na Cláusula Décima Segunda, com os documentos originais correspondentes e será organizada de forma contábil observadas as exigências do Código de Contabilidade Pública e disposições correlatas, acompanhadas de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: —

Até o dia 5 (cinco) de cada mês, o Grupo de Trabalho apresentará ao "ESTADO" e à "SUDESUL", relatório das atividades desenvolvidas no mês anterior, contendo inclusive a relação nominal do pessoal em serviço.

Parágrafo Primeiro: — Dentro de 15 (quinze) dias do término do prazo de execução mencionado na Cláusula Décima Segunda, será expedido pelo Grupo de Trabalho, na forma supra, um relatório final, detalhando os resultados alcançados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — Do Prazo de Execução:

O prazo de execução do presente Convênio é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados de sua publicação.

Parágrafo único: — O prazo mencionado nesta Cláusula, poderá ser prorrogado de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — Do Atestado dos Serviços:

O "ESTADO", por seu titular ou por sua delegação, atestará a prestação de serviços de pessoal técnico, ou não, utilizado na execução do presente Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: — Do Foro:

As partes, elegem o Foro da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente Convênio.

E, por estarem acordes, mandaram que eu, as. ilegível, Chefe da Seção de Convênios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 5 (cinco) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, ilegível, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes, na presença das testemunhas que também assinam abaixo.

Curitiba, 31 de janeiro de 1974.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Meiro, Superintendente.
"ESTADO" — Doutor Emilio Hoffmann Gomes, Governador.

TESTEMUNHAS:

as. ilegível
as. ilegível

A. Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 329, 330, 338, 339 e 340-73 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

146-73: Do Senhor Deputado Antonio Belinatti, que autoriza o Poder Executivo, arcar com todas as despesas provenientes de tratamento médico hospitalar, do Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.472. — Agradeça-se.

156-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 64-73, que objetiva conceder a Senhora Egypcialinda V. de Souza, pensão mensal no valor dos atuais Subsídios do Governador do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.474. — Agradeça-se.

137-73: Do Senhor Deputado JORGE SATO, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, o Centro Paranaense de Tradições General Carneiro, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.478. — Agradeça-se.

29-73: — Do Senhor Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a "Associação Colégio dos Anjos", da cidade de Pirai do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.481. — Agradeça-se.

52-73: — Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a Fundação Boutin, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.482. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 395 e 401-73 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

244-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 86-73, que dispõe sobre a inclusão em futuros Orçamentos, dos recursos Orçamentários que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.507. — Agradeça-se.

228-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 84-73 que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 6.508. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 393, 398, 399 e 400-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs:

194-74: Do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que visa acrescentar aos arts. 129 e 175 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, dispositivos objetivando a contagem de tempo, para todos os efeitos legais, dos períodos em que o funcionário tenha prestado serviços extraordinários. — A C.C.J.

185-72: Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Industrial de São José dos Pinhais. — A C.C.J.

177-71: Do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que visa acrescentar ao art. 84, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, parágrafo dispondo sobre a concessão de licença especial aos professores por quinquênio de efetivo exercício. — A C.C.J.

105-73: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que visa autorizar o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o rio Anhumas. — A C.C.J.

Sob o n.º 822-74, do Senhor RAFAEL IATAURO, encaminhando, para os devidos fins, cópia da Resolução n.º 441-74, de 06 de fevereiro do corrente ano, do Plenário daquele Órgão, que estabelece Normas de Aplicação e Controle da Verba Secreta. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1384-73, do Senhor Vereador EDGARD DANTAS PIMENTEL, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de requerimento do Senhor Vereador JOÃO QUEIROZ MACIEL e subscritos por outros tantos Vereadores, consubstanciado em voto de efusivas congratulações ao Secretário de Educação e Cultura, Cândido Manuel Martins de Oliveira, pela abertura em data de 27 de dezembro do ano próximo passado, coroadas de pleno êxito, do II Simpósio de Ensino do Paraná SENPAR. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor JERONIMO BAPTISTA BASTOS, Presidente do Conselho Nacional de Desportos, encaminhando cópia do parecer exarado pela Assessoria Jurídica do C.N.D., sobre a solicitação desta Assembleia, no sentido de que determine à Confederação Brasileira de Desportos que seja liberado o ingresso gratuitamente nos estádios de futebol de crianças até 12 anos de idade. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 02-74, do Senhor PEDRO ANTONIO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tunesiras do Oeste, comunicando que o mandato dos Senhores Vereadores ELMO MARIANO DOS SANTOS e ANTONIO DIAS CAMA foi extinto há seis meses e os mesmos já não residem no referido Município. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 19-73, do Senhor ALOISIO GIESE, Presidente da Câmara Municipal de Ampére, comunicando haver sido aprovado o pedido do Vereador LUIZ JOSÉ DA SILVA, solicitando um estudo referente às multas lançadas ao Comércio e Indústria do Estado, no valor mínimo de Cr\$ 300,00. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1.172-73, do Senhor ARMANDO MOTOLI, Presidente da Câmara Municipal de Osasco, Estado de São Paulo, encaminhando requerimento de autoria do Senhor EDIL JOSÉ ANTONIO COUSO ARÉVALO e outros, consubstanciado em apelo, que visa uma campanha à abolição da taxa de naturalização de estrangeiros, que é atualmente cobrada e que nem sempre a pessoa que necessita de obter a cidadania brasileira, possui meios que lhe permitam tal pagamento. — Ao conhecimento da Casa.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 12-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Médica do Paraná — Regional de São José dos Pinhais, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974.

(a) Quielise Crisostomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, presta relevantes serviços à comunidade de São José dos Pinhais e atende todos os requisitos exigidos pela Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisostomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 254-73, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública a Fundação Bamerindus de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 254-73.

Levanta-se a Sessão.